

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo de concessão - mensuração

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, conforme o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Diretoria da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Diretoria em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15); e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

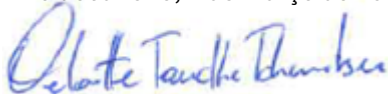
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	21	Fornecedores	10	805	765
Títulos e valores mobiliários	6	15.455	14.738	Debêntures	11	16.978	15.538
Concessionárias e permissionárias	7	15.539	16.573	Impostos e contribuições a recolher		2.933	2.666
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	102.944	97.744	Dividendos e juros de capital próprio	13.d)	18.425	15.962
Despesas antecipadas		196	196	Encargos setoriais		1.877	1.403
Imposto de renda retido na fonte		1.388	1.321	Arrendamento imobiliário		121	154
Cauções vinculados	8	15.760	14.467	Outros passivos circulantes		1.589	1.186
Outros ativos circulantes		960	440			42.728	37.674
		<u>152.262</u>	<u>145.500</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Cauções vinculados	8	20.506	18.091	Tributos diferidos	12.a)	188.229	172.077
Depósitos judiciais		481	587	Debêntures	11	604.266	584.131
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	943.973	914.471	Arrendamento imobiliário		-	161
Outros ativos não circulantes		30	-			792.495	756.369
Imobilizado		2.044	1.849	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Intangível		63	79	Capital social		58.000	58.000
		<u>967.097</u>	<u>935.077</u>	Reserva legal		11.600	11.600
				Reserva de lucros a realizar		197.351	204.613
				Reserva de incentivos fiscais		17.185	12.321
						284.136	286.534
TOTAL DO ATIVO		<u>1.119.359</u>	<u>1.080.577</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.119.359</u>	<u>1.080.577</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	150.643	134.263
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	15	(8.696)	(9.674)
LUCRO BRUTO		<u>141.947</u>	<u>124.589</u>
Despesas operacionais	16	(9.898)	(6.148)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>132.049</u>	<u>118.441</u>
Receita financeira		4.715	3.536
Despesa financeira		(56.839)	(57.546)
RESULTADO FINANCEIRO	17	<u>(52.124)</u>	<u>(54.010)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>79.925</u>	<u>64.431</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.b)	(1.724)	(632)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b)	(15.636)	(14.052)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>62.565</u>	<u>49.747</u>
RESULTADO POR AÇÃO		0,49	0,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.565	49.747
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>62.565</u>	<u>49.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro do exercício	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13	58.000	11.600	218.684	9.720	-	298.004
Pagamento de dividendos		-	-	(33.955)	-	-	(33.955)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.747	49.747
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	2.601	(1.901)	700
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	19.884	-	(19.884)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(11.962)	(11.962)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13	58.000	11.600	204.613	12.321	-	286.534
Pagamento de dividendos		-	-	(34.538)	-	-	(34.538)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	62.565	62.565
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	4.864	(4.864)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	27.276	-	(27.276)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(14.425)	(14.425)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	13	58.000	11.600	197.351	17.185	-	284.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		62.565	49.747
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	17.360	14.684
Depreciação e amortização		223	167
Amortização de arrendamento por direito de uso		83	130
Juros e atualização sobre debêntures	11	55.410	56.103
Amortização do custo de captação de debêntures	11	742	784
Juros sobre arrendamento por direito de uso		18	20
Baixa de imobilizado		245	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários	17	(4.907)	(3.582)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		57	97
Remuneração do ativo de contrato	9	(126.851)	(111.927)
		4.945	6.223
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	7	1.034	(4.458)
Ativo de contrato	9	92.149	89.888
Despesas antecipadas		-	(145)
Imposto de renda retido na fonte		(67)	(47)
Outros ativos		(531)	(180)
Fornecedores		40	(399)
Impostos e contribuições a recolher		469	874
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.410)	(640)
Outros passivos		877	142
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		97.506	91.258
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(718)	(304)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(237.400)	(326.571)
Resgate em títulos e valores mobiliários		237.882	330.941
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimento		(236)	4.066
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(212)	(146)
Pagamento de juros sobre as debêntures	11	(29.994)	(28.823)
Amortização de principal das debêntures	11	(4.565)	(4.351)
Pagamento de juros sobre capital próprio	13.d)	(16.000)	(15.700)
Pagamento de dividendos	13	(46.500)	(46.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(97.271)	(95.320)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21	17
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (“RAP”) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul./16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela ANEEL.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020. Em 16 de julho de 2024, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.348 que estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2024-2025 no valor de R\$113.348 (base Julho 2024). Em 15 de julho de 2025, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.481 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2025-2026 no valor de R\$119.377 (base Julho 2025).

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026.

A Administração revisitou a apresentação da demonstração do fluxo de caixa conforme CPC 03 - Fluxo de Caixa e realizou algumas reclassificações para melhor apresentação.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 4.4 de avaliação dos instrumentos financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (I) Critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 3.3.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(I) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. A estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados.

Como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados.

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(II) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (“AVCs”) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito esperado (“PCE”) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Tropicália regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (“RAP”), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (I) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro do projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (I) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (“RAP”) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro real anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração.

(I) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Eles são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(II) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

3.6. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes quando o pagamento devido for no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses.

3.9. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio são a forma de remuneração aos acionistas da Companhia e são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.d.

3.10. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por “impairment” desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

3.11. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros.	01/01/2026
CPC 48/IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	01/01/2026
CPC 51/IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma transmissora é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (I) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3. Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2025</u>	
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Títulos e valores mobiliários	15.455	15.455
Caução vinculado	36.266	36.266
	<u>51.721</u>	<u>51.721</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	20	20
Contas a receber	15.539	15.539
	<u>15.559</u>	<u>15.559</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Fornecedores	805	805
Debêntures	621.244	621.244
	<u>622.049</u>	<u>622.049</u>
	<u>31/12/2024</u>	
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Títulos e valores mobiliários	14.738	14.738
Caução vinculado	32.558	32.558
	<u>47.296</u>	<u>47.296</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	21	21
Contas a receber	16.573	16.573
	<u>16.594</u>	<u>16.594</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Fornecedores	765	765
Debêntures	599.669	599.669
	<u>600.434</u>	<u>600.434</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e caução vinculado, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

2025					
<u>Premissas</u>	<u>Efeito das Contas sobre Resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário II</u>
CDI %	Títulos e valores mobiliários	15.455	1.661	2.215	2.769
	Cauções vinculados	36.266	3.898	5.198	6.497
IPCA %	Debêntures	621.244	19.849	26.465	33.081
2024					
<u>Premissas</u>	<u>Efeito das Contas sobre Resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário II</u>
CDI %	Títulos e valores mobiliários	14.738	1.204	1.605	2.006
	Cauções vinculados	32.558	2.659	3.545	4.431
IPCA %	Debêntures	599.669	21.723	28.964	36.205

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	6	4
Banco	14	17
	<u>20</u>	<u>21</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Certificados de depósitos bancários	15.455	13.220
Debêntures	-	1.518
	<u>15.455</u>	<u>14.738</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida- Debêntures, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	12.474	12.242
Vencido	6.050	4.331
(-) PCLD1	(2.985)	-
	<u>15.539</u>	<u>16.573</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente.

A constituição da PCLD refere-se aos valores contestados por usuários acerca de cobranças dos montantes de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão na esfera administrativa.

8. CAUÇÕES VINCULADOS

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	15.760	14.467
	<u>15.760</u>	<u>14.467</u>
<u>Não circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	20.506	18.091
	<u>20.506</u>	<u>18.091</u>

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Ativo contratual	102.944	97.744
	<u>102.944</u>	<u>97.744</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Não circulante</u>		
Ativo contratual	943.973	914.471
	<u>943.973</u>	<u>914.471</u>

Fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	1.012.215	990.176
Remuneração do ativo de contrato	126.851	111.927
(-) Recebimentos	<u>(92.149)</u>	<u>(89.888)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.046.917</u>	<u>1.012.215</u>

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cotesa	464	353
Fairfax Brasil	145	25
In Forma	55	-
Emilson	26	52
Tokio Marine Seguradora S.A.	35	-
Bradesco Saúde	-	96
Chubb Brasil	-	64
Outros	<u>80</u>	<u>175</u>
	<u>805</u>	<u>765</u>

11. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local, não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação.

Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).

Custo: IPCA + 5,0921%.

Carência: 36 meses (até agosto de 2022).

Juros apurados semestralmente - 1º pagamento efetuado em agosto de 2021.

Amortização exigível semestralmente após a carência.

<u>Moeda nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures	IPCA + 5,0921%	621.244	599.669
Principal		394.653	399.218
Juros		226.591	200.451

<u>Moeda nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		16.978	15.538
Não circulante		604.266	584.131

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

<u>Debêntures</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Provisão</u>			<u>Amortização</u>		<u>Apropriação do custo de captação</u>	<u>31/12/2025</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>		
Debêntures	612.831	-	29.868	25.524	(4.565)	(29.994)	-	633.664
Custos de captação incorridos e pagos	(13.162)	-	-	-	-	-	742	(12.420)
Total	599.669	-	29.868	25.524	(4.565)	(29.994)	742	621.244

<u>Debêntures</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Provisão</u>			<u>Amortização</u>		<u>Apropriação do custo de captação</u>	<u>31/12/2024</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>		
Debêntures	589.902	-	28.805	27.298	(4.351)	(28.823)	-	612.831
Custos de captação incorridos e pagos	(13.946)	-	-	-	-	-	784	(13.162)
Total	575.956	-	28.805	27.298	(4.351)	(28.823)	784	599.669

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos

2027	4.070
2028	4.070
2029	6.105
Após 2030	590.021
	<u>604.266</u>

Garantias concedidas

Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.

Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios/Emergentes da Concessão.

“Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diferido ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	14.098	14.062
Base negativa de contribuição social	4.305	4.798
	<u>18.403</u>	<u>18.860</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diferido passivo		
Imposto de renda diferido	151.935	140.395
Contribuição social diferida	54.697	50.542
	<u>206.632</u>	<u>190.937</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>188.229</u></u>	<u><u>172.077</u></u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	79.925	64.431
Juros sobre o capital próprio	(16.000)	(16.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	<u>63.925</u>	<u>48.431</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	21.735	16.466
Bônus e gratificações	128	113
Outros	361	6
Imposto de renda e contribuição social - correntes	6.588	2.533
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>15.636</u>	<u>14.052</u>
	<u>22.224</u>	<u>16.685</u>
Lucro da Exploração*	<u>(4.864)</u>	<u>(1.901)</u>
	<u><u>17.360</u></u>	<u><u>14.684</u></u>

(*) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2025 e de 2024 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal, apresentado da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	101.000.500	100
	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>

b) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar e reserva especial.

c.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2022 foi no valor de R\$286, atingindo o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei nº 6.404/76, art. 193.

c.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

c.3) Reserva especial

De acordo com a Lei nº 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

c.4) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de lucros a realizar possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros a realizar no exercício de 2025, foi no montante de R\$27.276.

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 22 de janeiro de 2025 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$11.500, pagos em 1º de abril de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 17 de junho de 2025 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$12.038, pagos em 28 de julho de 2025.

- Reunião do Conselho de Administração de 21 de outubro de 2025, deliberando o pagamento de R\$11.000, pagos em 28 de outubro de 2025.

d) Dividendos propostos e juros de capital próprio

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$14.425 e R\$11.962, respectivamente.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos Juros de Capital Próprio no valor de R\$16.000 e R\$16.000, respectivamente.

Concernentes ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2024, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$4.000, liquidado em janeiro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2025, deliberando o pagamento dos dividendos mínimos obrigatório referente à distribuição do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$11.962, liquidado em abril de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em julho de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em julho de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em outubro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 31 de dezembro de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000.

Para a constituição de dividendos segue base de cálculo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	62.565	49.747
Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Reserva incentivos fiscais	(4.864)	(1.901)
Base de cálculo dos dividendos	<u>57.701</u>	<u>47.846</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.425	11.962
Juros sobre Capital Próprio	<u>16.000</u>	<u>16.000</u>
Reserva de lucros a realizar	<u><u>27.276</u></u>	<u><u>19.884</u></u>

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração do ativo de concessão	126.850	111.927
Receita de O&M	27.650	26.972
Outras receitas	9.726	8.577
Total da receita bruta	<u>164.226</u>	<u>147.476</u>
(-) PIS/COFINS	(11.982)	(11.667)
(-) Encargo setorial	(1.601)	(1.546)
Total da receita líquida	<u><u>150.643</u></u>	<u><u>134.263</u></u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

15. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(1.541)	(1.442)
Material	(623)	(2.465)
Serviços de terceiros	(5.909)	(5.292)
Aluguéis	(410)	(251)
Seguros	(145)	(156)
Impostos e taxas	(68)	(68)
	<u><u>(8.696)</u></u>	<u><u>(9.674)</u></u>

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PCLD	(2.985)	-
Pessoal	(3.285)	(2.220)
Administradores	(1.476)	(1.705)
Material	(129)	(108)
Serviços de terceiros	(1.701)	(1.696)
Depreciação	(223)	(297)
Aluguéis	(116)	(85)
Seguros	(41)	(15)
Impostos e taxas	(23)	(22)
Sinistro Veicular	81	-
	<u><u>(9.898)</u></u>	<u><u>(6.148)</u></u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(254)	(250)
Juros e atualização s/ debêntures	(56.151)	(56.887)
Outras despesas financeiras	(434)	(409)
	<u>(56.839)</u>	<u>(57.546)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações	4.907	3.582
Outras receitas financeiras	38	126
(-) Tributos Receita Financeira	(230)	(172)
	<u>4.715</u>	<u>3.536</u>
	<u>(52.124)</u>	<u>(54.010)</u>

18. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do projeto.

19. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$795 e em 2024 o montante foi de R\$821.

20. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

- a) Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV - Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$1.348. Em 31 de dezembro de 2025 não foi registrada provisão de contingências decorrentes destes processos.

21. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil	16.51.0044860.12	25/10/2024 a 25/04/2026	R\$20.000
Riscos operacionais	046692025100101180003002	30/12/2025 a 30/06/2027	R\$23.230
Veículo	36973054	05/11/2025 a 15/04/2027	100% FIPE
D&O	01109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000

Cabe ressaltar, que os seguros foram renovados nas mesmas condições.